



Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

QUE DESENVOLVIMENTO PARA GUIMARÃES?.

MAGALHÃES, António

Ano: 1993 | Número: 103

Como citar este documento:

MAGALHÃES, António, Que desenvolvimento para Guimarães?. *Revista de Guimarães*, 103 Jan.-Dez. 1993, p. 379-386

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



casadesarmiento

centro de estudos do património

Que desenvolvimento para Guimarães?

António Magalhães

Revista de Guimarães, n.º 103, 1993, pp. 379-386

As ideias que pretendo transmitir têm de ser entendidas na sua verdadeira dimensão. Não foram rebusca das em princípios teóricos dos conhecedores da matéria, não foram objecto de uma adaptação a modelos de desenvolvimento de um cidadão comum que conhece um pouco melhor as dificuldades, os anseios e as aspirações, por vezes profundamente antagónicas, de quantos nasceram, residem ou trabalham na área do concelho de Guimarães.

Peço desculpa pois se desiludo quem esperava um documento muito burilado, seguindo à risca a elaboração metódica deste tipo de comunicações, aparentando conter nos seus propósitos tudo o que possa fazer a felicidade de um conjunto de cidadãos cujo destino é partilhar um mesmo espaço geográfico, com tudo aquilo que de bom e mau ele pode comportar.

Trabalho de tal jaez deixo-o para os especialistas que, graças a estudo aturado, tendo em conta os vários vectores que influenciam uma comunidade, traçam um quadro de necessidades a superar, por regra idealista, que depois, face à vontade e engenho dos homens e aos meios de que dispõem, se vai corporizando em benefício das populações a que se destina.

Justificada a preocupação que irá presidir a esta intervenção, procurarei agora caracterizar o concelho de Guimarães, principalmente através do conjunto de necessidades que ainda nos condicionam,

convicto, porém, que desde o 25 de Abril até aos nossos dias, muito foi já feito, porventura nem sempre bem feito, mas com um saldo que nos favorece, principalmente se atendermos às especificidades de uma terra do Vale do Ave, como adiante terei oportunidade de referenciar.

Com uma área de 25 000 hectares, 73 freguesias e uma morfologia avessa ao crescimento fácil dos seus principais aglomerados urbanos, Guimarães alberga cerca de 160 mil habitantes, ainda de uma forma marcadamente dispersa, embora esta tendência aparente uma certa propensão para diminuir, graças à atracção que os principais pólos urbanos exercem sobre os cidadãos e também, porque não afirmá-lo, a um esforço de várias administrações municipais, nem sempre conseguido, de dificultar a disseminação urbanística, fortemente enraizada nos padrões de vida que ao longo dos anos foram cultivados entre nós. O clima, a divisão da propriedade, a juventude da população, a necessidade quase ancestral de se complementar a mono-indústria com a actividade agrícola, explicam este fenómeno tão do gosto das nossas gentes, que resistem ainda hoje, estoicamente em muitos casos, a um ordenamento territorial diferente, mais por interesses imediatos e particulares do que por qualquer outro motivo, porventura marginal, que aparece aqui e ali.

Guimarães tem tido um crescimento populacional na última década acima da média do Distrito (6,5% contra 5,2%), mais lento, porém, que no decénio anterior (1,8%). Mesmo assim, isto indicia uma população jovem que num futuro próximo terá grande relutância em aceitar a oferta de emprego que sempre constituiu uma tradição entre nós. Ao mesmo tempo que o nível de instrução vai subindo, verifica-se uma quebra – que pode constituir-se em declínio – da principal actividade empregadora. Simultaneamente, a complementaridade do trabalho agrícola ainda hoje praticada por inúmeras famílias estagnou face a um conjunto de tendências e alterações profundas que a vários níveis perpassa a sociedade portuguesa em geral e de um modo muito particular se sente na região onde nos inserimos.

A ocupação dos jovens num futuro próximo, sobretudo no período de transição que fatalmente teremos de percorrer, é porventura a

maior dificuldade a superar por todos quantos se preocupam e têm responsabilidades no encontrar de respostas adequadas aos escolhos que a evolução social nos vai pondo. A tarefa de resolver ou minimizar os conflitos que tal situação pode originar é obrigação de todos nós. Há diagnósticos globais feitos, por muitos conhecidos, interiorizados até pelos nossos governantes, mas timidamente ainda passados à prática. Implementar um conjunto de soluções, apesar de estudadas não é fácil. Há contudo que não descurar esta temática dado o grau de exigência e complexidade que os problemas que nos espreitam indiciam.

Agora uma palavra para as potencialidade turísticas do berço da nacionalidade. O conceito histórico do nascimento de Portugal, o seu valiosíssimo património urbano e cultural o ressurgimento das estâncias termais, a procura, por parte de figuras destacadas da vida política para determinados actos solenes, têm contribuído para que Guimarães seja cada vez mais visitada e conhecida.

As condições naturais que possuímos, aliadas a uma viragem nos gostos dos que têm condições para viajar, potenciam o que de muito bom temos. Os nossos melhores embaixadores são os que atraímos ao divulgarem, após a estada entre nós, aquilo que nos distingue e que não encontram normalmente nos roteiros turísticos tradicionais. Muito há ainda a fazer, mas uma conjugação de interesses tem permitido qualidade da oferta e a divulgação, por via disso, será mais frequente e chagará aos principais mercados turísticos da Europa.

Feita uma, ainda que grosseira, caracterização do concelho, há agora que ponderar sobre o que ainda há a fazer e que desenvolvimento desejamos para Guimarães. Ao longo destes últimos anos sempre se notou um certo antagonismo entre o desenvolvimento desordenado tradicional e uma tentativa de introduzir mecanismos de planeamento capazes de alterar o habitual estado de coisas.

A apatia vivida durante o Estado Novo pelas comunidades locais, e um ressurgimento, quiçá desregrado, logo após o 25 de Abril, terão contribuído para situações indesejáveis, que há uns anos a esta parte se vêm modificando para melhor. As necessidades essenciais do

mundo rural começam a estar satisfeitas, o parque escolar começa a ter qualidade, os mecanismos de planeamento que faltam estão a chegar, existindo, pois, condições básicas para objectivarmos um crescimento harmonioso do tecido urbano, pelo menos a médio prazo.

Do ponto de vista da rede viária, as perspectivas e os projectos que se conhecem permitem-nos pensar que até ao final da década Guimarães terá todas as condições para não sentir grandes entraves nesse domínio. A ligação Guimarães/Famalicão /Fafe por auto-estrada, a construção do IP9 Braga/Guimarães /Amarante, a Via Inter-Municipal, a 2ª fase da Circular Urbana, são obras fundamentais ao desenvolvimento integrado da Região.

Por outro lado, a melhoria geral da nossa rede de vias secundárias, que mesmo em outras condições foi de interesse vital para o concelho, permitirá uma mais fácil fluidez de tráfego e deixará de constituir um obstáculo a potenciais investigadores que aqui se pretendem instalar.

No tocante à cidade, sempre foi glosado pelos teóricos da nossa praça, que a estagnação tinha assentado arraiais entre nós. A realidade de hoje, ainda que não completamente transfigurada, tem já condições suficientes para romper o espartilho de décadas. Não é fácil ultrapassar as barreiras que sempre se colocam ao crescimento urbanístico da cidade, sem a vontade e cooperação dos proprietários da periferia. As condições mais atraentes dos últimos tempos e a abertura de novas frentes de construção, umas indirectamente impostas, outras voluntariamente assumidas, explicam a existência de cerca de 5 000 fogos licenciados ou viabilizados na zona urbana, uns já em fase de construção, outros à espera de melhores dias. Está dado o passo para o desenvolvimento urbano a que se aspira, e que acompanhado com urbanizações em perspectiva, permitirão até ao final da década, a construção de mais 10 000 fogos, o que nos parece deveras sintomático, sobretudo se tivermos em conta o marasmo que durante anos nos atrofiou.

Apraz-me salientar que este ressurgimento da construção tem sido perfeitamente compatível com a preservação e recuperação do

nosso Centro Histórico, bem como da sua periferia. Há uns bons anos a esta parte, os conceitos mais gerais secundarizavam as preocupações de recuperação urbana com determinadas características. Ainda hoje, apesar de uma compreensão geral e sensibilidade para o valor patrimonial de qualidade, ainda se deslumbram resistências, algumas compreensíveis por questões económicas, mas outras ainda fruto de conceitos antiquados de falso desenvolvimento. As coisas, embora lentamente, vão melhorando e penso que, também neste particular, a batalha das mentalidades está prestes a ser ganha.

O Plano Director Municipal vem complementar os cuidados a ter para que os efeitos nocivos da dispersão se vão atenuando na área de todo o concelho. Sabemos, por experiência própria, que a aplicação prática vai ser muito difícil. Argumentos da mais variada índole vão ser arquitectados para dar corpo a algumas sugestões, porventura legítimas, mas que contrariam a filosofia que presidiu à elaboração desse documento. Há um trabalho árduo de mentalização a fazer, se necessário recorrendo a propostas alternativas a alguns condicionalismos existentes, mas tudo aponta para que o instrumento criado, com as óbvias dificuldades iniciais da sua implementação, há-de dar os seus frutos.

Uma boa parte das unidades industriais instaladas na nossa região encontra-se “desarrumada” e a sua instalação nem sempre respeita a privacidade de zonas residenciais. São os problemas típicos da pequena e média indústria da zona, onde o têxtil e a confecção são reis. Há, todavia, manchas industriais bem delimitadas, com boas infra-estruturas, que, a pouco e pouco, e à medida das possibilidades de cada um, têm vindo a libertar zonas urbanas destinadas a outros fins. É lenta a procura de novas soluções, mas é evidente e continuará, certamente, a verificar-se.

Uma palavra para o Parque de Ciência e Tecnologia, a instalar na zona da vila das Taipas. É por todos reconhecido que a sua implementação, em estreita colaboração com a Universidade do Minho, trará um excepcional contributo à indústria da região. A diversificação

industrial de que tanto se fala, e de que tanto necessitámos, se outros factores não contribuírem para que a mesma se verifique mais cedo entre nós, pode ter ali um embrião propulsor de novas indústrias não tradicionais no Vale do Ave.

Depois de abordar, ainda que pela rama, alguns dos problemas que urge ultrapassar e de apontar algum trabalho globalmente feito ou a fazer para que certas distorções que nos afectam sejam vencidas, permito-me terminar com a enumeração de um conjunto de iniciativas, umas em execução, outras em projecto, outras ainda já em funcionamento, que no seu todo, constituirão o motor para o desenvolvimento que ansiamos para Guimarães.

Presume-se que o Governo está atento à problemática da indústria têxtil e, por isso, acreditemos que o espectro do desemprego não será o primeiro inimigo a abater. Mas estaremos atentos. Sem trabalho nada alcançaremos, e essa será a prioridade das nossas preocupações, permanecendo vigilantes para não sermos surpreendidos. Possuímos um polo universitário em franco crescimento e essencial à outra face do desenvolvimento de uma sociedade. O Parque de Ciência e Tecnologia complementarà esta vertente e também aqui se pode considerar como elemento fundamental para a melhoria cultural dos nossos jovens o aparecimento das escolas C+S de Briteiros, Fermentões e Moreira – Lordelo. A rede viária que substituirá a traçada nas décadas de 30 e 40, está aí. Precisamos apenas de não perder oportunidades e tudo devemos fazer para que a realidade e o peso da nossa razão seja a primeira condição das prioridades de execução. Todos nós sabemos que nem sempre assim foi no passado. Os tempos são outros, mas é sempre bom aliar uma boa dose de confiança a uma atitude expectante. É o que a comunidade vimaranense tem de fazer, independentemente de outros interesses, porventura legítimos.

Vêm aí três grandes empreendimentos de importância vital para o tecido urbano da cidade propriamente dita. As urbanizações das Hortas de S. Francisco e das Lameiras, ainda que hajam detractores que por

razões óbvias diminuam a sua importância, constituem o desatar do nó górdio do crescimento urbano da Guimarães.

A continuação da recuperação do Centro Histórico merecerá atenções especiais de quem quer que seja. A dinamização do mesmo, à medida que vai adquirindo qualidade, a construção do teleférico que otimizará as naturais condições da montanha da Penha, o bom aproveitamento de outras potencialidades turísticas da região, aliadas à capacidade e qualidade hoteleira que já possuímos, auguram melhores dias num dos sectores mais promissores a médio prazo.

Com o Hospital Distrital que se vai impondo na região que serve, com um parque escolar à medida das necessidades da nossa população estudantil, com uma rede de saneamento básico em franca expansão, com a instalação da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos que acabará com o mais grave foco poluidor do concelho, com a taxa de abastecimento de água mais alta do Vale do Ave, ainda que não servindo toda a população, com o melhor de tudo que é o facto de termos uma população jovem e activa, parece-me desnecessário ser muito optimista para acreditar num desenvolvimento, harmonioso e integrado, de Guimarães, que não é para amanhã, mas tem sentido a médio prazo, se não forem descurados projectos em carteira ainda que de complexa e dispendiosa execução.

O futuro pertence-nos se no essencial todos dermos as mãos em prol dos interesses da comunidade vimaranense.